


A matemática presente no curso de Licenciatura Plena de Ciências com habilitação em Matemática para a formação de professores da Universidade Estadual de Feira de Santana-Bahia (1986-1988)

Eliene Barbosa Lima
Maria Inês da Luz Silva
Matheus Brandão Oliveira

Eliene Barbosa Lima

Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS


E-mail: eblima@uefs.br

 <https://orcid.org/0000-0001-6928-5217>

Maria Inês da Luz Silva

Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS


E-mail: ines_silva23@outlook.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4916-9072>

Matheus Brandão Oliveira

Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS

E-mail: thewo49@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-3295-4522>

Resumo

Neste texto, investigou-se, em uma perspectiva histórica, a matemática presente na formação do professor da Licenciatura Plena em Ciências da Universidade Estadual de Feira de Santana com habilitação em Matemática, por meio de documentos históricos, sobretudo cadernos de aulas, pertencentes a Josenildes Oliveira Venas, estudante desse curso entre 1986 e 1988. Tal investigação foi norteada pela seguinte questão: qual era a matemática presente no curso de Licenciatura Plena de Ciências com habilitação em Matemática para a formação de professores da Universidade Estadual de Feira de Santana-Bahia, no período de 1986 a 1988? Para tanto, fez-se uso de uma literatura vigente no âmbito da história da educação matemática, de um *modus operandi* da história cultural e de fontes históricas. Como resultados, constatou-se que a *matemática do ensino*, presente na formação desse professor, estava a serviço do próprio campo disciplinar, tendo pouca ou nenhuma articulação com a matemática ensinada nas escolas. Ela era tomada, sem uma dinâmica própria, isto é, como uma mera reprodução didatizada de saberes matemáticos que estavam sendo ensinados nas instituições de nível superior, contrariamente ao que acontecia na Licenciatura Curta, onde predominou uma *matemática do ensino* sob uma articulação entre a matemática da formação de seu professor e aquela que estava presente no ensino.

Palavras-chave: Licenciatura Plena em Ciências. Matemática. História. Matemática do Ensino.

Recebido em: 23/09/2021

Aprovado em: 10/06/2022



Abstract

The mathematics offered in the full teaching degree in sciences with a qualification in mathematics at the Universidade Estadual de Feira de Santana (1986-1988)

Keywords: Full degree in science. Mathematics. History. Mathematics for teaching.

In this text, we investigate, from a historical perspective, the mathematics offered in the training of teachers of the full teaching degree in sciences with a qualification in mathematics at the Universidade Estadual de Feira de Santana, through historical documents, especially class notebooks, belonging to Josenildes Oliveira Venas, a student of this course between 1986 and 1988. This investigation was guided by the following question: What kind of mathematics was offered in the full teaching degree in sciences with a qualification in mathematics for the education of teachers at the Universidade Estadual de Feira de Santana-Bahia, from 1986 to 1988? To answer this question, we used current literature in the context of the history of mathematics education, a *modus operandi* from cultural history and historical sources. As a result, we found that *the mathematics for teaching* offered in that teacher's training was at the service of the disciplinary field itself. It had little or no articulation with mathematics taught in schools, which was taken without a dynamics of its own, i.e., as a mere didactic reproduction of mathematical knowings being taught in higher education institutions, contrary to what happened in the short teaching degree, where there was a predominance of a *mathematics for teaching* under an articulation between the mathematics of its teacher's training and the one offered in teaching.

Resumen

La matemática ofrecida en el grado completo de magisterio en ciencias con titulación en matemáticas en la Universidade Estadual de Feira de Santana-Bahia (1986-1988)

Palabras clave: Grado completo en ciencias. Matemáticas. Historia. Matemáticas para la enseñanza.

En este texto investigamos, desde una perspectiva histórica, la matemática ofrecida en la formación de docentes del grado completo de magisterio en ciencias con titulación en matemática de la Universidade Estadual de Feira de Santana, a través de documentos históricos, especialmente cuadernos de clase, pertenecientes a Josenildes Oliveira Venas, alumna de este curso entre 1986 y 1988. Esta investigación se guio por la siguiente pregunta: ¿Qué tipo de matemática se ofrecía en la enseñanza de grado completo en ciencias con titulación en matemática para la formación de profesores en la Universidade Estadual de Feira de Santana-Bahía de 1986 a 1988? Para eso, hicimos uso de la literatura actual en el contexto de la historia de la educación matemática, un *modus operandi* de la historia cultural y fuentes históricas. Como resultado, encontramos que *la matemática para la enseñanza* ofrecidas en esa formación docente estaba al servicio del propio campo disciplinar. Se articulaba poco o nada con la matemática que se enseña en las escuelas, la cual fue tomada sin una dinámica propia, es decir, como una mera reproducción didáctica de los saberes matemáticos que se enseñan en las instituciones de educación superior, al contrario de lo que ocurría en la carrera corta de magisterio, donde había un predominio de una *matemática para la enseñanza* bajo una articulación entre la matemática de la formación de su docente y la ofrecida en la docencia.

Introdução

O ano de 1978 estava no percurso do segundo semestre, quando foram ofertadas as primeiras turmas de Licenciatura Plena em Ciências na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com habilitações em Biologia e Matemática (FERREIRA, 2017).

Dessa forma, a Instituição alinhava-se à Resolução n.30, de 11 de julho de 1974, que fixava os conteúdos mínimos e a duração dos cursos de Licenciatura em Ciências (BRASIL, 1974a), em particular, foi instituída a Licenciatura Plena em Ciências, com habilitações específicas em Matemática, Física, Química e Biologia. Esses cursos tinham o objetivo central de formar professores para atuar no Ensino de Primeiro e Segundo graus, assim denominados a partir da promulgação da Lei n.º 5692, de 11 de agosto de 1971, que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º graus (BRASIL, 1971).

Até essa conjuntura, estava em vigência no cenário brasileiro, desde 09 de outubro de 1964¹, sob condições emergenciais, os cursos de Licenciatura em Ciências de curta duração, que credenciava o licenciado a ministrar aulas nos então chamados anos ginasiais². Com esses cursos de curta duração em Ciências, em raciocínio análogo ao que prevaleceu para criação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES)³, almejava-se formar um número suficiente de professores em um curto espaço de tempo para possibilitar um maior acesso de jovens em idade escolar ao sistema educacional brasileiro. (BRASIL, 1964 *apud* NASCIMENTO, 2012; BRASIL, 1971).

No entanto, o que era uma medida de emergência tornou-se regra com a Resolução n.º 30/1974. Por essa Resolução, o curso de Licenciatura em Ciências foi normatizado a fim de formar professores “[...] para as atividades, área de estudo e disciplinas do ensino de 1º e 2º graus relacionadas com o setor científico” (BRASIL, 1974a, p.110). Estabeleceu-se que, na Licenciatura, voltada para o primeiro grau, dar-se-ia uma habilitação geral em Ciências, tendo como parte comum o estudo das seguintes disciplinas e/ou matérias: Matemática, Física, Química, Elementos de Geologia e Biologia. Já o diploma de licenciado em Ciências em duração Plena, de caráter complementar aos estudos das Ciências na modalidade Curta, legitimava as habilitações específicas, pelas quais se poderia lecionar, também, no Segundo Grau.

Para tanto, além das disciplinas de formação pedagógica, era necessário cursar uma gama de disciplinas que integravam a parte diversificada da Licenciatura Plena em Ciências, estabelecida na própria Resolução n.º 30/1974. Assim, por exemplo, aqueles que escolhiam certificar-se em Matemática deveriam estudar, no mínimo, Cálculo Diferencial e Integral, Álgebra, Análise Matemática, Geometria e Matemática Aplicada.

Constituíam-se, nesses termos, um passo importante para que a Licenciatura em Ciências, por meio da Resolução n.º 37, de 14 de fevereiro de 1975, se tornasse obrigatória, a partir do ano letivo de 1978

[...] como licenciatura única da área científica com habilitação geral em Ciências, para o ensino da respectiva área de estudo, predominante na escola de 1º grau, e habilitações

específicas em Matemática, Física, Química e Biologia, para o ensino das correspondentes disciplinas, predominantes na escola de 2º grau. (BRASIL, 1975, p. 128)

Em suma, a Licenciatura em Ciências, originada sob o discurso de caráter emergencial, assumia, via resoluções unilaterais do Conselho Federal de Educação, o protagonismo da formação desses professores que deveriam atuar nas escolas, em detrimento das licenciaturas específicas em Matemática, Física, Química e Ciências, que começaram a ser implementadas no Brasil a partir do ano de 1934, com a estruturação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada na Universidade de São Paulo (LIMA, 2006).

Essas novas legislações educacionais causaram fortes reações fundamentadas em amplos estudos realizados, não apenas pelas universidades estaduais e federais, de um modo geral, mas, também, pelas mais diversas instâncias vinculadas ao Ensino Superior, tais como a Sociedade Brasileira de Física (SBF) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (ZANETIC; SOARES, 1980).

Portanto, no âmbito desse universo de resistências, caracterizado, primordialmente, por discursos que questionavam a viabilidade de um ensino integrado de Ciências, mas também por argumentos que defendiam uma formação básica comum curricular entre o bacharelado e a licenciatura, a fim de preservar o conhecimento científico específico, que foi ofertada, justamente no ano de 1978, a primeira turma de Licenciatura Plena em Ciências na UEFS, com habilitação em Matemática.

Em particular, neste contexto, investigamos, historicamente, a matemática presente na formação do professor da Licenciatura Plena em Ciências da Universidade Estadual de Feira de Santana com habilitação em Matemática, por meio de documentos históricos, sobretudo cadernos de aulas, pertencentes a Josenildes Oliveira Venas⁴, estudante do curso no período de 1986 a 1988⁵. Esses cadernos foram tomados em conformidade à compreensão de Viñao (2008), ou seja, como “[...] um produto da cultura escolar, de uma forma determinada de organizar o trabalho em sala de aula, de ensinar e aprender, de introduzir os alunos no mundo dos saberes acadêmicos e dos ritmos, regras e pautas escolares.” (VIÑAO, 2008, p. 17). Tal investigação foi norteadada pela seguinte questão: qual era a matemática presente no curso de Licenciatura de Ciências com habilitação em Matemática para a formação de professores da Universidade Estadual de Feira de Santana-Bahia, no período de 1986 a 1988?

Ensino Superior na Princesa do Sertão: da Faculdade de Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana

Feira de Santana, vulgo “Princesa do Sertão”⁶ ou “Portal do Sertão”, equidistante de Salvador, capital da Bahia, cerca de 109 km, localiza-se “[...] na área de transição entre o litoral e o sertão denominado Agreste [...]” (FREITAS, 2014, p. 40). Mais do que isto, devido à sua posição geográfica estratégica que permitia um elo, com mais fluidez, entre o interior e a cidade de Salvador desde o seu povoamento no Brasil Colônia, configurou-se, a partir de 1938, por meio de um plano estadual, “[...] como foco de irradiação e

convergência de um sistema de rodovias [...]”, o qual ligou “[...] o Norte/Nordeste do país com as regiões do Sul e Sudeste, e Salvador com quase todo o interior” (CRUZ, 1999, p. 201 e 276).

No entanto, ao longo de seu desenvolvimento, Feira de Santana foi apresentada sob vários discursos ideários de imagens sobre si, notadamente voltados para difundir uma identidade civilizatória, moderna e progressista.

De fato, a partir das últimas três décadas do século XIX, foram enaltecidas suas características climáticas, associadas à capacidade de cura e à preservação da saúde, tornando-se comum ser considerada a “Petrópolis da Bahia”, numa evidente alusão aos ares amenos da cidade do estado do Rio de Janeiro (SILVA, 2000). Contudo, no decorrer das primeiras três décadas do século XX, Feira de Santana começou a revitalizar seu sítio comercial, valorizando-se o “[...] modo de viver urbano em contraposição ao passado da cidade arraigado em uma cultura sertaneja [cultura do vaqueiro]” (OLIVEIRA, 2008, p.17).

Porém, não tardou muito para que essa Feira fosse identificada como arcaica. Assim, para alcançar, de fato, a modernidade, o progresso e o desenvolvimento econômico, precisaria adentrar na era da nova industrialização, “[...] sob a lógica da *integração produtiva* ditada pelo Centro-Sul [...]” (MONTEIRO, 2006, p.3, grifos do autor). Nessa industrialização, de grande porte, a prioridade era a produção de “[...] bens intermediários, destinados as indústrias do CIA [Centro Industrial de Aratu] ou mesmo ao mercado nacional e à exportação [...]” (CRUZ, 1999, p. 210). Tratava-se de uma conjuntura amplamente diferente de uma atividade industrial que vigorava em Feira de Santana, entre as décadas de 1940 e 1960, a qual era baseada “[...] na transformação de matérias-primas produzidas localmente [...]” (CRUZ, 1999, p. 198), mas que não suplantava o seu *status* de cidade comercial.

Assim, no ano de 1970, Feira de Santana teve formalizado o seu parque industrial, denominado Centro Industrial do Subaé (CIS)⁷. Era o resultado, principalmente, de uma articulação política das classes dominantes locais⁸ e de uma política do Estado de interiorização da industrialização, a qual foi cerne da campanha que elegeu, durante o regime ditatorial, João Durval Carneiro para prefeito (1967-1971) (CRUZ, 1999; MONTEIRO, 2006; SANTOS, 2002).

Sob esse contexto, cunhado por Monteiro (2006) como *modernizador industrializante*, que Feira de Santana, em 1968, foi contemplada com uma Faculdade de Educação, justificada pela “[...] necessidade do atendimento a demanda crescente das novas modernas indústrias e do crescimento e diversificação do comércio e dos serviços, além da própria administração pública” (CRUZ, 1999, p. 303). Tornava-se imperativo, então, a formação de novos professores para que fosse possível ampliar o acesso de jovens em idade escolar às escolas da região, em especial, aos cursos colegiais⁹, o que convergia com os objetivos da Licenciatura em Ciências, instituída em solo brasileiro desde o ano de 1964.

Assim, materializou-se a Faculdade Estadual de Educação de Feira de Santana (FEEFS) sob o Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC), idealizado no governo de Luiz Viana Filho (1967-1971). Esse Plano

visava à instalação de faculdades de educação em algumas cidades do interior baiano para, justamente, suprir a falta de professores para atuar no ensino secundário. Isso porque, segundo Ferreira (2017), o Ensino Superior estava, até aquela conjuntura, concentrado na capital, o que dificultava o acesso das pessoas a instituições de formação, inclusive de professores (DINIZ, 2014; FERREIRA, 2017).

Para implementar as faculdades, foram levados em consideração critérios como “[...] escolarização, índice populacional, zona de influência, consumo de carne, de eletricidade, de água, de gasolina, movimento postal e de telegrama, depósitos bancários e arrecadação de rendas [...]” (MENDES; CASEMIRO, 2016, p. 212). Feira de Santana, ainda, pelas suas caracterizações – presença do forte comércio e de rodovias que formavam um dos maiores anéis viários do País e, também, mediante a criação do CIS –, foi uma das cidades contempladas pelo PIEC.

Inicialmente, a FEEFS dispôs do curso de Licenciatura Plena em Letras e, em 1970, dos cursos de Licenciatura Curta em Estudos Sociais e Licenciatura Curta em Ciências. Esses cursos foram integrados à Fundação Universidade de Feira de Santana (FUFES), implementada pela Lei n.º 2784, no ano de 1970. Essa Fundação, para além de preconizar o desenvolvimento de pesquisa e estudos técnicos, científicos e culturais (FUFES, 1973), foi encarregada de iniciar o processo de construção de uma Universidade em solo feirense.

Nesses termos, em 1976, a FUFES passou a ser reconhecida como Universidade de Feira de Santana (UFS), mas essa Fundação não deixou de existir, na medida em que foi constituída como órgão mantenedor financeiro dessa nova Instituição. Nesse período, houve a inserção dos cursos de Enfermagem e Engenharia de Operações - Modalidade: Construção Civil, Administração, Economia e Ciências Contábeis (UEFS, 2020).

Tal vínculo foi finalizado apenas em 29 de dezembro de 1980 com a extinção da FUFES, em decorrência da Lei n.º 11, a qual determinava “[...] a integração dos empregados de fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista nos quadros de funcionários da administração centralizada ou de autarquias [...]” (BAHIA, 1980a, [s.p.]). Sendo assim, com a promulgação da Lei n.º 12, em 30 de dezembro de 1980, que extinguiu e criava as entidades com administração descentralizada, a UFS foi denominada Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), nomenclatura que permanece até os dias de hoje (BAHIA, 1980b; OLIVEIRA; SILVA, 2019).

Nessa nova era, a UEFS, além de continuar com a oferta dos cursos de licenciaturas na modalidade Curta e Plena e de Enfermagem, instaurou os cursos independentes de Engenharia Civil, Ciências Contábeis, Economia e Administração. Na continuidade dos anos, começou a se gestar a inclusão de outras graduações tais como em Odontologia, Pedagogia, História, Geografia, Licenciatura em Matemática, Física e Música (BOAVENTURA, 2009, p. 62). Em tal universo, este texto voltou-se para a Licenciatura em Ciências na modalidade Plena com habilitação em Matemática.

O curso de Licenciatura em Ciências na modalidade Plena da Universidade Estadual de Feira de Santana: habilitação em Matemática

A UFS começou a ofertar o curso de Licenciatura Plena em Ciências, a partir do segundo semestre de 1978, com habilitação apenas em Matemática e Biologia, sendo reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) por meio da Portaria n.º 571, de 31 de outubro de 1980, publicada no Diário Oficial da União em 04 de setembro de 1980.

De acordo com Venas (2021) – licenciada em Ciências na modalidade Plena com habilitação em Matemática no ano de 1988 –, essa formação teve duração de três semestres e viabilizou que muitos daqueles já formados na Licenciatura Curta em Ciências, a exemplo dela própria, pudessem complementar sua formação visando a um possível aumento de salário.

Nesse percurso, Venas (1986) iniciou os seus estudos no segundo semestre letivo de 1983 no curso de Licenciatura Curta em Ciências, concluído em 08 de agosto de 1986, após ter cursado disciplinas, que envolviam conhecimentos pedagógicos e específicos, distribuídas em cinco semestres: Psicologia da Educação (I, II), Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1.º grau, Didática, Metodologia para o Ensino do 1.º grau, Estágio supervisionado I, Matemática (I, II, III), Química (I, II, III), Física (I, II, III, IV), Estatística I, Desenho Geométrico, Biologia, Botânica, Zoologia, Geociências, Língua Portuguesa, Estudos do Problema Brasileiro (I, II), Metodologia do Trabalho Científico e Educação Física (I, II, III, IV, V) (VENAS, 1986). Ainda, segundo afirmou Venas (2021) em entrevista, “[...] quando chegava ao fim do 5º semestre, tínhamos que fazer a opção de fazer a habilitação em Matemática ou Biologia”

Por sua vez, em conformidade com a Resolução n.º 30/1974 (BRASIL, 1974), as disciplinas cursadas na modalidade Plena com habilitação em Matemática, foram: Cálculo (I, II), Cálculo Numérico, Álgebra (I, II), Equações Diferenciais, Funções Analíticas, Análise, Geometria Topologia Geral, Álgebra Linear I, Tópicos de Matemática aplicada, Introdução a Ciências dos Computadores. O curso contava, também, com as disciplinas de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2.º grau e de Estágio Supervisionado II. Essa última voltava-se à prática pedagógica dos estudantes. (VENAS; ALBUQUERQUE, 1986a). A inserção das disciplinas pedagógicas, ao que tudo indica, continuava sendo regida pela Resolução n.º 9, de 10 de outubro de 1969, que fixava os conteúdos mínimos e a duração para a formação pedagógica nos cursos de licenciatura. Por essa Resolução, foram estabelecidos que:

Art. 1º – Os currículos mínimos dos cursos que habilitem ao exercício do magistério, em escolas do 2º grau, abrangerão as matérias de conteúdo fixadas em cada caso e as seguintes matérias pedagógicas:

- a) Psicologia da Educação (focalizando pelo menos os aspectos da Adolescência e Aprendizagem);
- b) Didática;
- c) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau.

Art. 2º – Será obrigatória a Prática de Ensino das matérias que sejam objeto de habilitação profissional, sob a forma de estágio supervisionado a desenvolver-se em situação real, de preferência em escolas da comunidade. (BRASIL, 1969, [s.p.])

Essa formação deveria ocorrer “[...] em, pelo menos, um oitavo ($\frac{1}{8}$) das horas de trabalho fixadas, como duração mínima, para cada curso de licenciatura.” (BRASIL, 1969, [s.p]). Não se tratava de uma formação à parte, dissociável do curso, como bem foi endossado no Parecer n.º 1687, de 7 de junho de 1974, que dissertava sobre os conteúdos mínimos e a duração do curso de Licenciatura em Ciências. Mas, as disciplinas de cunho pedagógico, isoladamente, continuavam, na nossa leitura, sendo vistas como uma espécie de pseudociência. Isso porque, estabelecia-se, nesse mesmo Parecer n.º 1687/1974, que a formação pedagógica deveria “[...] combinar-se aos aspectos de conteúdo e com eles formar um todo homogêneo [...]” (BRASIL, 1974b, p.224). Tal aspecto dar-se-ia apoiado na instrumentação para o ensino, ou seja, carece

[...] instrumentar o futuro mestre para sua atividade profissional, o que se fará pela montagem, avaliação, crítica e melhoria de experiências adequadas à escola de 1º e 2º graus, pelo desenvolvimento de recursos auxiliares para o ensino e pela familiarização do aluno com as técnicas de excursão e outras formas de realizar a pesquisa escolar ou observar aplicações de ciência. (BRASIL, 1974b, p. 224)

Em outros termos, cabia a essa instrumentação, incutir “[...] o tom científico da formação pedagógica [...]”, de forma a possibilitar uma sistematização da “[...] abordagem científico-didática do curso na perspectiva do conjunto” (BRASIL, 1974b, p.224). Em um sentido mais amplo, a proposta era que a instrumentação para o ensino não fosse algo pontual na formação do estudante da Licenciatura em Ciências nas modalidades Curta e Plena, mas que intersectasse todo o seu currículo: parte comum, diversificada e pedagógica. Para tanto, o fio condutor deveria ser a divulgação e o cultivo da ciência, tendo a formação desse professor como o seu ‘apêndice’, o que divergia das motivações iniciais para a criação dos cursos de Licenciatura em Ciências a partir do ano de 1964. Um dos principais argumentos dizia que:

[...] as melhores faculdades nos cursos de Física, Química, História Natural e Matemática, se preocupam quase que exclusivamente em formar puros pesquisadores, sem levar em conta as exigências específicas da formação intelectual do mestre da escola secundária. Daí resulta um licenciado desinteressado do magistério secundário, orientando-se, de preferência, para o ensino superior, a pesquisa, ou se dedicando a outras ocupações mais vantajosas na linha de sua especialidade. (BRASIL, 1964 *apud* NASCIMENTO, 2012, p. 345)

Na prática, o que parece ter prevalecido foi a concepção daqueles profissionais, que detinham um argumento de autoridade sob a égide de instituições científicas já bem consolidadas na época, com as já citadas SBF e SBPC.

Essas instituições, no bojo das reivindicações contra a unilateralidade das legislações impostas acerca da implantação da nova Licenciatura em Ciências, advogavam pelo monopólio da formação dos professores secundários, realizada no âmbito dos cursos específicos de Física, Química, Matemática e Biologia. Esses cursos eram tratados como os únicos lugares apropriados para desenvolver as pesquisas em Ciências, que não ocorriam de forma integrada. Por esse ângulo, esses espaços estariam respaldados para

estabelecer a interlocução do ensino sob o ponto de vista da pesquisa, ou seja, que “[...] os currículos de bacharelado e de licenciatura fossem vinculados e que ambos propiciassem uma mesma formação básica em termos de conhecimentos do campo específico, diferindo apenas em suas finalidades [...]” (ZANETIC; SOARES, 1980, p. 73).

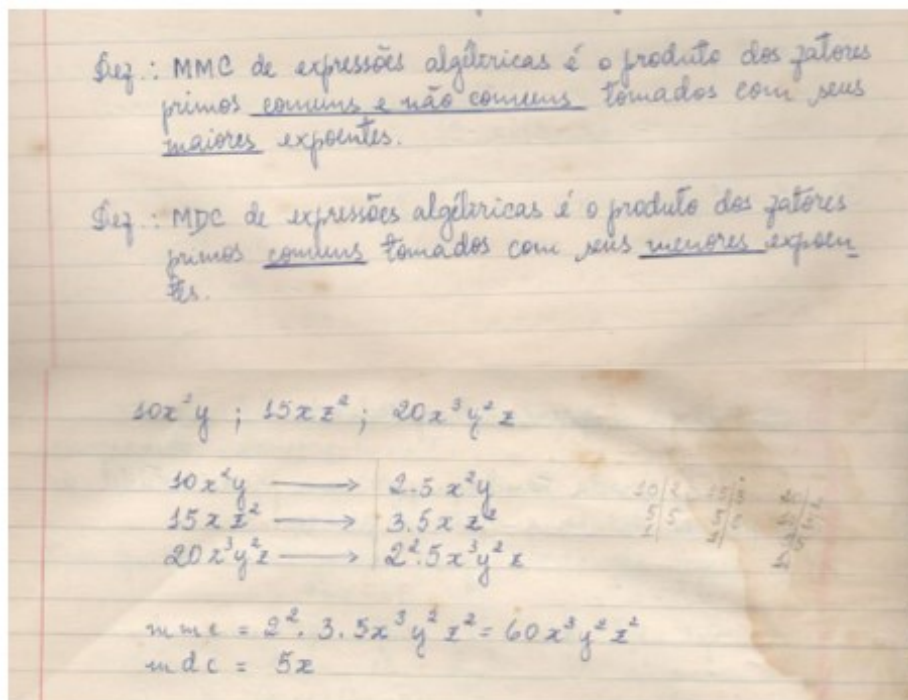
Foi sob essa conjuntura, portanto, que se estruturou a matemática presente na formação dos professores na Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Matemática da UEFS.

A matemática na formação dos licenciandos em ciências na modalidade Plena

A modalidade Plena, especificamente, com habilitação em Matemática, foi constituída como uma continuidade da Licenciatura Curta em Ciências, de forma a credenciar professores que iriam lecionar nas escolas do Segundo Grau. A partir desse contexto, a Licenciatura de Ciências de curta duração, doravante estruturada como licenciatura de Primeiro Grau, deixou de ser caracterizado apenas para formar o professor “polivalente” para exercer a docência nesse grau escolar. Além disso, o Parecer n.º 1687/1974 instituía que a parte comum do currículo dessa Licenciatura deveria atender a um duplo objetivo articulado, isto é, a partir da apresentação mais abrangente possível do universo científico, “[...] oferecer base sólida para prosseguimento de estudos com vistas a uma ciência como habilitação específica” (BRASIL, 1974b, p.221). Tais normatizações intersectaram a formação dos licenciados em Ciências na modalidade Plena da UEFS, pelo menos nos anos de 1986 a 1988, período em que Venas fez o curso com habilitação em Matemática. Todavia, houve discrepâncias significativas em relação à condução de ambas as modalidades.

As disciplinas ministradas na Licenciatura Curta em Ciências foram conduzidas pelos saberes matemáticos que estavam presentes na matriz curricular das escolas de Primeiro e Segundo graus. No caderno da disciplina de Matemática I, por exemplo, ofertada para o primeiro semestre do curso no ano de 1983, consta, entre outros conteúdos programáticos, os seguintes, apresentados pelo professor Raimundo Nascimento de Araújo¹⁰: Conjuntos – introdução, representação e operações; Conjuntos numéricos – números naturais, números inteiros, números racionais e números reais; e noções elementares de álgebra – expressões algébricas, produtos notáveis (fatoração), MMC e MDC de expressões algébricas e fatoração algébrica (VENAS; ARAÚJO, 1983). Ainda, de acordo com as anotações no caderno, sem desprezar os possíveis silêncios de quem o produziu (VIÑAO, 2008), pode-se ponderar que o professor privilegiou uma linguagem muito próxima do universo escolar, tal como é possível notar na Figura 1, a qual evidencia aspectos de como o MMC e o MDC de expressões algébricas foram expostos: um primeiro momento, pela definição e, posteriormente, pelo uso de um exemplo ilustrativo.

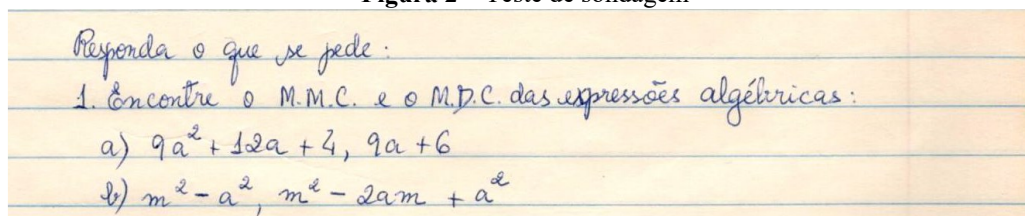
Figura 1 – MMC e MDC de expressões algébricas



Fonte: (VENAS; ARAÚJO, 1983, p.10)

Essa discussão fez parte da prática docente de Venas, quando realizou o estágio supervisionado, no ano de 1985, em uma escola pública de Feira de Santana, como uma das exigências para obter a sua habilitação profissional. No seu teste de sondagem, direcionado aos alunos da antiga sétima série, Venas fez a seguinte solicitação:

Figura 2 – Teste de sondagem



Fonte: Venas (1985, p.8)

Essa realidade não foi algo pontual da disciplina de Matemática I, por ter sido ministrada no primeiro semestre. Foi possível perceber essa dinâmica de priorizar a matemática da cultura escolar ainda nas anotações do caderno referentes à disciplina Matemática III, ofertada para o terceiro semestre no ano de 1984, novamente sob a regência do Prof. Raimundo Nascimento de Araújo. Nessa disciplina, programou-se discutir os diversos tipos de funções: composta, definida por várias sentenças, modular, exponencial, logarítmica, circulares (trigonometria) e, ainda, as noções fundamentais de limites e derivadas. Apenas essas últimas não foram detectadas no caderno. Os registros ainda apontam a bibliografia referenciada no caderno, para as discussões, com os autores: Gelson Iezzi, Castrucci, Scipioni, Bonjorno e Omar Catunda, que produziam livros didáticos, amplamente apropriados no universo escolar da época (VENAS; ARAÚJO, 1984).

Por esse prisma, colocava-se em primeiro plano na formação do professor da Licenciatura de Primeiro Grau, a matemática presente no ensino articulada como esse saber que precisaria ser ensinado. Interpretamos que, no curso de Licenciatura Curta em Ciências da UEFS, pelo menos no período de vivência de Venas, a matemática presente na formação dos professores correspondia ao que Moraes, Bertini e Valente (2021), denominam de *matemática do ensino*, constituída historicamente por meio de uma cultura escolar produtora de saberes, a qual compreende “[...] a dimensão do ensino propriamente dito e, ainda, a formação de professores para esse ensino” (MORAIS; BERTINI; VALENTE, 2021, p. 10).

Contudo, não foi essa dinâmica que dominou na modalidade Plena com habilitação em Matemática no período de 1986 a 1988. Em um primeiro momento, tomemos a disciplina de Cálculo I, ofertada no ano de 1986, sob a docência de Ozéas Luís de Albuquerque¹¹.

Segundo consta no caderno, nessa disciplina, de modo geral, fez-se um estudo de limite de uma função, com utilização de *epsilon* e *delta*, as distâncias, ou raios, dos intervalos abertos com centro em *a* e *L* respectivamente, impulsionada ao longo do século XIX por Augustin Louis Cauchy (1789-1857), Karl Weierstrass (1815-1897) e Richard Dedekind (1831-1916). Amparado no rigor científico dessa teoria, definiu-se derivada como “[...] um limite (do quociente incremental)” (REIS, 2003, p.62). Essa “tradição de Limites”, de acordo com Reis (2003), foi um movimento bastante comum nos cursos de cálculo diferencial, bem como a abordagem de outros conteúdos sob a luz da teoria de limite. Isto passou a ocorrer a partir do século XIX, quando a teoria de limites, predominantemente aritmética, tornou-se a teoria base para o cálculo diferencial e integral, em detrimento dos infinitésimos de Leibniz e Newton (LIMA, 2006).

Por sua vez, os exercícios, pelo menos os que foram expostos no caderno, bem como as listas de exercícios e avaliações disponibilizadas por Venas (VENAS; ALBUQUERQUE, 1986a, 1986b, 1986c), ainda que careçam de uma análise mais bem detalhada, denotam uma preocupação com a reprodução das técnicas e dos métodos abordados em sala de aula. Nesse sentido, Venas (2021) afirmou que os exercícios utilizados em sala de aula pelo professor seguiam a mesma sequência, isto é, “[...] apresentação de conteúdos, exemplos e exercícios” (VENAS, 2021).

Analogamente, parece que esse rigor científico também deu o tom das disciplinas de Álgebra I e Álgebra II, ministradas, respectivamente nos anos de 1986 e 1987, pela professora Maria Hildete de Magalhães França¹². Notamos que, na ementa de Álgebra I, presente no caderno, foram planejados e efetivados os seguintes conteúdos: estruturas algébricas, teoria dos números complexos, polinômios e equações algébricas, matrizes e sistemas e vetores no \mathbb{R}^n (VENAS; FRANÇA, 1986). Já em Álgebra II (VENAS; FRANÇA, 1987), trabalharam-se: grupos (subgrupos, grupos cíclicos, teorema de Lagrange, subgrupos normais, teorema do homomorfismo e isomorfismo), anéis e corpo. Em ambos os contextos, a professora Hildete França direcionou as discussões, fazendo uma abordagem apropriada de uma álgebra dita moderna, também constituída no decorrer do século XIX, mas que ganhou novos contornos, a partir

do final da década de 1930, com a epistemologia estruturalista construída por um grupo de matemáticos, denominado Bourbaki (LIMA, 2012).

Ainda que o curso tivesse sido constituído similarmente em complemento à modalidade Curta, nele prevaleceu uma *matemática do ensino* mais próxima da racionalidade, advinda do ambiente universitário, tal como foi reivindicado por uma representativa parcela de pesquisadores e professores vinculados às instituições científicas já bem consolidadas, que conduziam hegemonicamente os rumos do desenvolvimento das ciências no Brasil.

Em particular, essa racionalidade do campo disciplinar da Matemática legitimou-se no próprio Parecer n.º 1687/1974 (BRASIL, 1974) que elencou não apenas as disciplinas que deveriam constar na habilitação em Matemática, mas, também, os seus respectivos conteúdos mínimos (Quadro 1).

Quadro 1 – Disciplinas e conteúdos mínimos da Licenciatura Plena em Ciências com habilitação em Matemática

Disciplinas	Conteúdos mínimos
Cálculo Diferencial e Integral	Em prosseguimento ao estudo iniciado na Parte Comum, abrangendo derivada e integrais de funções de diversas variáveis. Devem fixar-se os conceitos básicos simultaneamente à apresentação das técnicas imprescindíveis à sua aplicação. Uma apresentação rigorosa e dedutiva dos assuntos focalizados será feita na Análise Matemática
Álgebra	Incluindo Álgebra Linear e Estruturas Algébricas (grupos, anéis e corpos). Importa considerar as inúmeras aplicações que a primeira, pela via da teoria das matrizes e da programação linear, vem encontrando na Economia, na Sociologia, nas Ciências Agrárias e na Engenharia.
Análise Matemática	Compreendendo os principais tópicos tratados no Cálculo Diferencial e Integral, agora com maior rigor. A matéria servirá para fornecer base teórica ao Cálculo estudado anteriormente com sentido mais prático.
Geometria	Consistindo numa revisão da geometria elementar, de um ponto de vista avançado, com um modelo axiomático (v.g.: Hilbert). O estudo terá um sentido histórico, crítico e filosófico, dando-se ênfase à importância da matéria, e da Matemática em geral, na cultura do mundo ocidental.
Matemática Aplicada	Comportando o estudo das equações diferenciais, com integração de disciplinas matemáticas para análise de problemas do mundo real. É desejável que se focalizem temas da Física, da Biologia e de outros campos com a matemática necessária para resolvê-los. Isto ensinará a abordagem funcional da álgebra das matrizes, das séries de Fourier, das transformadas de Laplace e de Fourier, das equações diferenciais ordinárias e parciais. Também nesta matéria incluem-se os tópicos de Matemática Finita, que geralmente se iniciam com a análise combinatória e conduzem ao estudo das probabilidades (teoria dos conjuntos, permutações e combinações de funções discretas, primeiras noções de “grafos”, redes e álgebra de Boole); o que não impede a sua apresentação individualizada nos currículos plenos, conforme o plano de cada instituição.

Fonte: Brasil (1974b, p. 222-223)

Nesses termos, na UEFS, a Licenciatura Plena em Ciências com habilitação em Matemática, pelas disciplinas analisadas, convergia com o que foi preconizado no Parecer n.º 1687/1974. Por outro, demarcava uma discrepância em relação ao curso de Ciências do Primeiro Grau, que continuava formando o professor para atuar nas escolas por meio de uma *matemática do ensino*, elaborada no e para o universo escolar, fazendo uso, ao que tudo indica, de livros didáticos que legitimavam essa matemática. Essa configuração gerou várias críticas dos alunos e do corpo docente, mas sob a defesa de que a Licenciatura Curta de Ciências não dava o suporte necessário para a continuidade dos estudos no curso de Ciências, com duração Plena (FERREIRA, 2017).

Parecia passar despercebido, ou não era reconhecido, o fato de que a Licenciatura em Ciências havia sido criada tendo com uma de suas justificativas formar professores para ministrar aulas nas escolas do Primeiro e Segundo Graus, seguindo um padrão diferente daquele que era vigente nos cursos específicos das licenciaturas em Matemática, as quais direcionavam sua atenção para formar prioritariamente cientistas. Nesse caso, prevaleceu a ótica de uma *matemática do ensino* elaborada e sistematizada, que privilegiava os saberes do campo disciplinar acadêmico como centrais para uma atuação no espaço escolar.

Diante disso tudo, é possível compreendermos o porquê Venas (2021) afirmou ter feito pouco uso das disciplinas ministradas na Licenciatura Plena em Ciências em sua prática docente, exercida em escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio. Argumentou ela que, nas escolas, o foco era “[...] funções, trigonometria [...]” (VENAS, 2021), reiterando, inclusive, que as disciplinas que mais a auxiliaram em sua docência foram aquelas ministradas no curso de Licenciatura Curta em Ciências, que abordavam saberes matemáticos do Primeiro e Segundo Graus.

Considerações finais

Nesse texto, investigamos, em uma perspectiva histórica, a matemática presente na formação do professor da Licenciatura Plena em Ciências da Universidade Estadual de Feira de Santana com habilitação em Matemática, por meio de documentos históricos, sobretudo cadernos de aulas, pertencentes a Josenildes Oliveira Venas, estudante desse curso entre 1986 e 1988. Assim, construímos uma síntese, visando responder à seguinte questão: que matemática era presente no curso de Licenciatura de Ciências com habilitação em Matemática para a formação de professores da Universidade Estadual de Feira de Santana-Bahia, no período de 1986 a 1988?

É certo que houve legislações específicas sobre a organização curricular dos cursos que formariam os futuros professores, em especial, de matemática, a partir do Parecer n.º 292/1962 (BRASIL, 1962), exarado pelo Conselho Federal de Educação (CFE). Nesse Parecer, desmembrou-se, pelo menos oficialmente, as licenciaturas do formato popularmente conhecido como ‘3 + 1’, que vigorava mediante

Decreto n.º 3454, de 24 de julho de 1941. Nas palavras do relator do Parecer n.º 292/1962, Conselheiro Valnir Chagas¹³,

A licenciatura é um grau apenas *equivalente* ao bacharelado [...]. Assim, para obter os dois diplomas, terá o aluno de prolongar os estudos pelo tempo correspondente, conforme o plano do estabelecimento, ao aprofundamento dessas especialidades se fôr inicialmente licenciado, ou para a sua preparação como professor, se fôr bacharel. (BRASIL, 1962, p. 100, grifo do autor)

Todavia, na prática, essa compreensão pouco teve repercussão para além da própria legislação. As licenciaturas de um modo geral e, em particular, a licenciatura em Matemática, continuavam sendo estruturadas como um apêndice do bacharelado. Suas disciplinas, comuns ao bacharelado, continuaram sendo ministradas sob o ponto de vista do campo disciplinar matemático, visando à carreira do matemático, tal como foi enfatizado em tom de crítica na Indicação S/N, de 9 de outubro de 1964. Esse contexto não foi modificado, inclusive com a criação da Licenciatura em Ciências, com duração Plena pela Resolução n.º 30/1974 como continuidade da Licenciatura Curta em Ciências. Foi essa compreensão que vigorou no curso de Licenciatura Plena em Ciências com habilitação em Matemática da UEFS, no período de 1986 a 1988.

De fato, a *matemática do ensino*, presente na formação desse professor, estava a serviço do próprio campo disciplinar, com pouca ou nenhuma articulação com a matemática ensinada nas escolas, a qual era tomada, sem uma dinâmica própria, isto é, como uma mera reprodução didatizada de saberes matemáticos que estavam sendo ensinados nas instituições de nível superior. Contrariamente ao que acontecia na Licenciatura Curta, em que predominou uma *matemática do ensino*, que articulava a matemática da formação de seu professor e aquela a ser ensinada, presente no ensino.

Justamente, por conta disso, que esse curso, ao abordar os conteúdos que estavam presentes nas escolas de 1.º e 2.º Graus, foi considerado insuficiente, pois não dava um suporte para avançar nos estudos presentes na modalidade Plena. A ótica, ao que parece, era que o ensino, instaurado na Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Matemática corresponderia à formação “adequada” para os futuros professores de matemática. Assim subvertia-se a lógica acerca das finalidades dos cursos de Licenciatura em Ciências a favor de uma formação profissional que nada se diferenciava daquela que vigorava nos já tradicionais cursos específicos de matemática.

Notas

- ¹ Correspondia à Indicação S/N, que tratou sobre exame de suficiência e formação do professor polivalente para o ciclo ginasial.
- ² Designados de primeiro grau, a partir da promulgação da Lei n.º 5692/1971.
- ³ Foi criada pelo Decreto n.º 34 638, de 17 de novembro de 1953, durante o governo de Getúlio Vargas, eleito para o período de 1951 a 1954. Permaneceu em vigor até a promulgação da Lei n.º 5692/1971. Mais informações, ver: Baraldi e Gaertner (2010).
- ⁴ Em 1982, concluiu o antigo curso de magistério, que habilitava para ensinar nas quatro primeiras séries do ensino do primeiro grau no Instituto de Educação Gastão Guimarães, antiga Escola Normal de Feira de Santana. Mediante concursos públicos, realizados entre o final da década de 1980 e início dos anos de 1990, tornou-se funcionária administrativa da UEFS e professora da rede estadual de ensino. Na época em que estudou na UEFS, seu nome completo era Josenildes Oliveira Venas. Posteriormente, passou a assinar Josenildes Oliveira Venas Almeida. No entanto, para evitar ambiguidades, neste texto, quando a citamos, adotamos indiscriminadamente a referência VENAS.
- ⁵ Essa pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto “Tecendo o processo histórico de profissionalização docente, no âmbito da matemática, nos seus diferentes níveis de formação na Bahia”, fomentado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nela, integraram-se estudos de um Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido sob título “Licenciatura Plena em Ciências com habilitação em Matemática da Universidade Estadual de Feira de Santana: um estudo preliminar das estruturas algébricas pelos cadernos de uma licencianda nos anos de 1986 e 1987” e, ainda, uma investigação realizada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) (2020-2021), denominada “Os saberes do Cálculo I no curso de Licenciatura Plena em Ciências na Universidade Estadual de Feira de Santana: O ensino de Derivada no caderno de uma licencianda no ano de 1986”. Respectivamente, do segundo e terceiro autores.
- ⁶ Expressão utilizada por Ruy Barbosa, em 1919, quando passou por Feira de Santana em campanha presidencial. Trata-se de uma referência ao lugar ocupado por essa cidade no sertão baiano: “[...] de Vila Nova da Rainha à Feira de Santana, da antiga corte sertaneja à bela princesa do sertão” (BARBOSA, 1919 *apud* FREITAS, 2014, p. 38).
- ⁷ Apesar do grande crescimento industrial de Feira de Santana nos anos de 1970, a sua principal atividade continuou sendo o comércio. Mais detalhes em: Cruz (1999).
- ⁸ Especialmente formada por dirigentes industriais que compunham o Centro das indústrias de Feira de Santana (CIFS). Mais informações, ver: Monteiro (2006).
- ⁹ A partir da Lei n.º 5692/1971, denominados cursos do segundo grau.
- ¹⁰ Graduou-se em Matemática no ano de 1970 pelo Instituto de Matemática da Universidade Federal da Bahia. Antes de ser contratado pela UEFS, exercia docência em instituições escolares, tal como no Colégio Estadual de Feira de Santana (FERREIRA, 2017).
- ¹¹ Formado em Física pela Universidade Federal da Bahia, e Mestre em Matemática no ano de 1987, pela mesma instituição. Na UEFS, este foi responsável, até pelo menos o ano de 1987, pelas disciplinas de Cálculo I- A (EXA 144) e Cálculo II (EXA 108) (VENAS; ALBUQUERQUE, 1986).
- ¹² Licenciada em Ciências pela Universidade Estadual de Feira de Santana (1974) e em Matemática pela Universidade Católica do Salvador (1978) e com especialização em Matemática pela Universidade Estadual de Campinas (1981).
- ¹³ Os demais conselheiros que assinaram esse Parecer foram: Anísio Teixeira e Newton Sucupira.

Referências

BAHIA. **Lei n.12, de 30 de dezembro de 1980a.** Extingue e cria entidades de Administração descentralizadas e dá outras providências. Bahia. Governo da Bahia. Disponível em: Lei Delegada 12/80/ Lei Delegada n.º 12 de 30 de dezembro de 1980, Governo do Estado da Bahia (jusbrasil.com.br) Acesso em: 04 ago. 2021.

BAHIA. **Lei n.11, de 29 de dezembro de 1980b.** Dispõe sobre as integrações dos empregados de fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista nos quadros de pessoas da administração centralizada ou de autarquias, dá outras providências. Bahia. Governo da Bahia. Disponível em: Lei Delegada 11/80/ Lei Delegada n.º 11 de 29 de dezembro de 1980, Governo do Estado da Bahia (jusbrasil.com.br). Acesso em: 04 ago. 2021.

BARALDI, Ivete Maria; GAERTNER, Rosinete. Contribuições da CADES para a Educação (Matemática) Secundária no Brasil: uma descrição da produção bibliográfica (1953-1971). **BOLEMA: Boletim de Educação Matemática**, Rio Claro, v. 23, n. 35A, p. 159-183, abr. 2010.

BAHIA. **Lei n.12, de 30 de dezembro de 1980a.** Extingue e cria entidades de Administração descentralizadas e dá outras providências. Bahia. Governo da Bahia. Disponível em: Lei Delegada 12/80/ Lei Delegada n.º 12 de 30 de dezembro de 1980, Governo do Estado da Bahia (jusbrasil.com.br) Acesso em: 04 ago. 2021.

BAHIA. **Lei n.11, de 29 de dezembro de 1980b.** Dispõe sobre as integrações dos empregados de fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista nos quadros de pessoas da administração centralizada ou de

autarquias, dá outras providências. Bahia. Governo da Bahia. Disponível em: Lei Delegada 11/80/ Lei Delegada n.º 11 de 29 de dezembro de 1980, Governo do Estado da Bahia (jusbrasil.com.br). Acesso em: 04 ago. 2021.

BARALDI, Ivete Maria; GAERTNER, Rosinete. Contribuições da CADES para a Educação (Matemática) Secundária no Brasil: uma descrição da produção bibliográfica (1953-1971). **BOLEMA**: Boletim de Educação Matemática, Rio Claro, v. 23, n. 35A, p. 159-183, abr. 2010.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. Origem e formação do sistema estadual de educação superior da Bahia. *In*: BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer n. 292, aprovado em 14 de novembro de 1962. Dispõe sobre matérias pedagógicas para a licenciatura. **Documenta**. Brasília, DF, n. 10, p. 95-101, dez. 1962.

BRASIL. **Resolução n.9, de 10 de outubro de 1969**. Fixa os mínimos de conteúdos e duração para a formação pedagógica dos cursos de licenciatura. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1969.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1971. Disponível em: Base Legislação da Presidência da República - Lei n.º 5692 de 11 de agosto de 1971 (presidencia.gov.br). Acesso em: 08 ago. 2021.

BRASIL. **Resolução n.30, de 11 de julho de 1974**. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a observar na organização do curso de licenciatura em Ciências. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, p. 110-113, 1974a.

BRASIL. **Parecer n. 1687, de 7 de junho de 1974**. Trata do curso de Licenciatura em Ciências mínimos de conteúdo e duração. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, p. 220-227, 1974b.

BRASIL. **Resolução n.37, de 14 de fevereiro de 1975**. Dispõe sobre a implantação progressiva do curso de licenciatura em Ciências, a que se refere a Resolução n.30/74. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, p. 128-129, 1975.

CRUZ, Rossine Cerqueira. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

DINIZ, Ivanise Almeida. **O ensino de matemática dos cursos técnicos do Centro Integrado Luiz Navarro de Brito em Alagoinhas - BA (1968 - 1979)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador/Feira de Santana, 2014.

FERREIRA, Joubert Lima. **Fios, retalhos e pontos: tecituras sobre a profissionalização docente em matemática em Feira de Santana (1970-1991)**. 2017. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História em Ciências) – Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador/Feira de Santana, 2017.

FERREIRA, Débora de Souza.; LIMA, Eliene Barbosa. Um ensino de matemática em um contexto de transformação socioeconômica: as atividades docentes de uma professora no Colégio Assis Chateaubriand de Feira de Santana (Bahia, 1970-1980). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 1., 2012, Vitória da Conquista, Ba. **Anais [...]**. Vitória da Conquista, BA: Universidade do Sudoeste da Bahia, 2012.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **O descoroamento da Princesa do Sertão: de “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

FUFS [FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE FEIRA DE SANTANA]. **Regimento geral da Universidade de Feira de Santana**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1973.

LIMA, Eliene Barbosa. **Dos infinitésimos aos limites**: a contribuição de Omar Catunda na modernização da análise moderna no Brasil. 2006. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2006.

LIMA, Eliene Barbosa. **Matemática e Matemáticos na Universidade de São Paulo**: Italianos, Brasileiros e Bourbakistas (1934-1958). 2012. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História em Ciências) – Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia/ Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, BA, 2012.

MENDES, Luciana Canário; CASIMIRO, Ana Palmira B. Santos. O processo de interiorização da educação superior em Vitória da Conquista/Bahia: a FFPVC. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 69, p. 205-221, set. 2016.

MONTEIRO, Jhonatas Lima. Classes dominantes e indústrias em Feira de Santana nos anos 70: sugestões para pensar politicamente a industrialização periférica brasileira. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: PODER, CULTURA E DIVERSIDADE, 3., 2006, Caetité, BA. **Anais [...]**. [S.I.: s.n.], 2006, p. 1-10.

MORAIS, Rosilda dos Santos; BERTINI, Luciane de Fatima; VALENTE, Wagner Rodrigues. **A matemática do ensino de frações**: do século XIX à BNCC. São Paulo: Livraria da Física, 2021. (Coleção História da Matemática em Estudos e no Ensino, 4).

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.45, p.340-346, mar. 2012.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em tempo de modernidade**: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960). 2008. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

OLIVEIRA, Matheus Brandão; SILVA, Maria Inês da Luz. A constituição do curso de matemática na Universidade Estadual de Feira de Santana-Bahia: breve panorama histórico (1970-1986). *In*: SEMINÁRIO TEMÁTICO: MATERIAIS DIDÁTICOS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 17., 2019, Aracaju. **Anais [...]**. [S.I.: s.n.], 2019. p.1-15. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1usP_SEOKL_lhXBTh0qF1z_VkJ1QZ6Qcv/view. Acesso em: 15 mar. 2021

REIS, Frederico da Silva. **A tensão entre Rigor e Intuição no ensino de cálculo de Análise**: a visão de professores-pesquisadores e autores de livros didáticos. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SANTOS, Alane Carvalho. Feira de Santana nos tempos da modernidade: o sonho da industrialização. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

SILVA, Aldo José Moraes. **Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana**: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1933-1927). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

VENAS, Josenildes Oliveira. **Caderno de Estágio Supervisionado de Matemática**. Feira de Santana-Bahia, 1985.

VENAS, Josenildes Oliveira. **Histórico Escolar da Licenciatura em Ciências do 1º grau**. Feira de Santana-Bahia, 1986.

VENAS, Josenildes Oliveira Venas. **Entrevista concedida a Matheus Brandão Oliveira e Eliene Barbosa Lima**. Feira de Santana, 3 de junho. 2021.

VENAS, Josenildes Oliveira; ALBUQUERQUE, Ozéias Luís. **Caderno de Cálculo I**. Feira de Santana-Bahia 1986a.

VENAS, Josenildes Oliveira; ALBUQUERQUE, Ozéias Luís. **Avaliação escrita**. Feira de Santana-Bahia, 1986b.

VENAS, Josenildes Oliveira; ALBUQUERQUE, Ozéias Luís. **Lista de Exercícios**. Feira de Santana-Bahia, 1986c.

VENAS, Josenildes Oliveira; ARAÚJO, Raimundo Nascimento de. **Caderno de Matemática I**. Feira de Santana-Bahia, 1983.

VENAS, Josenildes Oliveira; ARAÚJO, Raimundo Nascimento de. **Caderno de Matemática III**. Feira de Santana-Bahia, 1984.

VENAS, Josenildes Oliveira; FRANÇA, Maria Hildete de Magalhães. **Caderno de Álgebra I**. Feira de Santana-Bahia, 1986.

VENAS, Josenildes Oliveira; FRANÇA, Maria Hildete de Magalhães. **Caderno de Álgebra II**. Feira de Santana-Bahia, 1987.

UEFS [UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA]. Portal. **Nossa História**. Disponível em: <http://www.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>. Acesso em: 29 set. 2020.

VINÃO, Antônio. Cadernos à vista: Escola, memória e cultura escrita. *In*: Mignot, Ana Chrystina Venancio (Org.). Os Cadernos escolares como fonte histórica: **Aspectos metodológicos e historiográficos**. Ed: Uerj, 2008. p. 15-28.

ZANETIC, João; SOARES, Vera Lúcia. Uma polêmica longa sobre a Licenciatura Curta.... **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, n.3, v.2, p. 67-82, set. 1980.